

Assunto: Centro Histórico Restauração

Projeto faz reforma de fachada

Plano de restauração do governo deixa de fora maioria dos prédios em estado precário do Centro Histórico

DANIELA VIEIRA
Editoria do 2. Caderno

Paredes escoradas, rachaduras por todos os lados e infiltrações que comprometem toda a estrutura do imóvel. Este é o estado de pelo menos 70 por cento dos casarões do Centro Histórico ainda não contemplados pelo projeto de reforma que vem sendo efetuado pelo governo do Estado através do Ipac. Sem entender quais os critérios utilizados pelo órgão para escolher os imóveis que seriam reconstruídos, os moradores, que convivem diariamente com a ameaça de acordar soterrados pelos escombros, não sabem mais a quem recorrer.

Apesar de haver pelo menos três órgãos encarregados de zelar pelo patrimônio tombado do Centro Histórico, o que existe de fato uma indefinição muito grande sobre a quem cabe a responsabilidade pela segurança dos moradores vizinhos e dos transeuntes que passam em frente aos casarões ameaçados. A Fundação Gregório de Mattos, que é subordinada ao município, afirma que apesar de teoricamente ser responsável pela conservação de todo o Centro Histórico, vem direcionando sua atuação para o conjunto de sobrados da Ladeira da Misericórdia, Montanha e Barroquinha e, mesmo assim, com muita dificuldade.

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), que pertence ao Estado, apesar de também ser responsável por toda a área, tem centrado fogo nas imediações do Pelourinho, onde está situada a maioria dos sobrados que serão contemplados nas duas etapas do projeto de reforma. Resto o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que termina exercendo um papel mais de fiscalizador da ação dos outros órgãos, já que está ligado ao governo federal.

O resultado disso tudo é que regiões do Centro Histórico como o Santo Antônio — que ainda está na memória dos baianos em função do desmoronamento do Bar Recanto no último domingo —, a Ladeira de São Bento e da Preguiça e a área próxima ao Convento da Soledade terminem ficando à mercê das intempéries do clima e da ação destrutiva do tempo e dos homens. Os moradores, dispostos em sua maioria a colaborar da maneira que for possível, já que são os principais ameaçados em caso de acidente, não sabem mais o que fazer. São poucos os que possuem recursos financeiros para manter os imóveis bem conservados e a ação dos órgãos da Prefeitura tem deixado muito a desejar.

CAD: 1º -

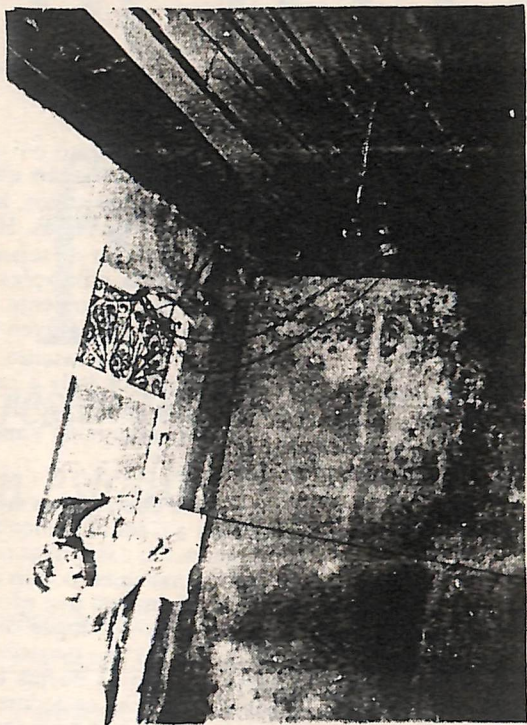
PAG: 4

Reforma do IPAC não atinge vários prédios ameaçados

O projeto de reforma de antigos prédios do Centro Histórico promovido pelo governo do Estado e executado pelo IPAC privilegia apenas alguns imóveis localizados em pontos estratégicos no Pelourinho e na Ladeira da Misericórdia. Cerca de 70 por cento dos prédios que ficaram de fora da reforma, localizados principalmente no Santo Antônio, estão ameaçados por infiltrações e depredações. 2º Caderno, página 1.

Marcados para cair

Vizinha da antiga sede da Escola Izidro Monteiro, que está sob ameaça de desabar, a aposentada Vandete Pessoa da Silva teme também pelos riscos de desmoronamento de sua própria casa. Recebendo uma aposentadoria que não chega a um salário mínimo, Vandete foi obrigada a sublocar três quartos de sua casa para poder sobreviver. Como não tem recursos para arcar com manutenção necessária a um imóvel tombado e antigo como o seu, Vandete admite que só não sai da casa por não ter para onde ir. O teto do sobrado está totalmente comprometido pelas infiltrações, com os fios todos à mostra. Quando chove a sala fica toda alagada e, por isso, todos os móveis foram retirados. Os pedaços de madeira podre ainda não caíram por milagre e são uma ameaça constante para os moradores. "Quando caiu o teto da escola minha casa tremeu toda e eu achei que a gente ia desabar



também. A parede vizinha do casarão já está cheia de rachaduras e se um pedaço de muro cair de lá de cima é capaz de minha casa vir toda abaixo", suspira a aposentada que agora resolveu recorrer à Prefeitura para auxiliá-la a reformar a casa, já que o projeto de reconstrução do Centro Histórico do governo do estado parece ter esquecido do Santo Antônio. "A Prefeitura tinha aqueles mutirões de escoramento emergencial, vou ver se consigo ajuda por aí", planeja Vandete.

Apesar da Rua Ribeiro dos Santos fazer parte do projeto de reconstrução do Centro Histórico, a família de Jailson Jesus Silva não sabe mais a quem recorrer para que sejam tomadas providências urgentes que evitem o desabamento do sobrado de nº 56, vizinho ao seu. A casa está abandonada e é de propriedade do arquiteto Eron Batista. Apesar do risco eminente de desabamento, há alguns meses seis pessoas invadiram o velho sobrado ocupando a parte dos fundos. Jailson conta que já pediu ao proprietário que cuide de reformar o sobrado, já que as rachaduras ameaçam as duas casas vizinhas, mas o arquiteto afirmou que o Ipac cuidaria de tudo. No órgão, Jailson foi informado de que a casa de nº 56 não



estava incluída no projeto e que, por isso, apesar de estarem trabalhando na rua, não poderiam fazer nada. "Eu só queria que escorassem porque já caiu um pedaço do muro, furou o meu telhado e quebrou o vaso sanitário. Se na hora do acidente tivesse alguém ali, era morte certa", conta Jailson, que afirma não ter condições de procurar outra casa para se mudar com a mulher e os três filhos.



A Rua Direita do Santo Antônio Além do Carmo, antiga Juarez Távora, é um exemplo típico do estado em que se encontram os casarões tombados pela Unesco, no Centro Histórico. Além da tragédia no Bar Recanto Baiano e da Escola Izidro Monteiro, quase todas as casas da rua apresentam algum tipo de rachadura ou infiltração. O casarão de nº 184, por exemplo, apontado como um dos mais bonitos e de maior importância arquitetônica da região, está com portas e janelas danificadas e duas enormes rachaduras cortam de ponta-a-ponta a parede do 2º andar do sobrado. Segundo os moradores, a casa é de propriedade da Irmandade dos Vicentinos

Imóvel antigo ameaça desabar sobre casas da vizinhança

Uma nova tragédia nas mesmas proporções da que resultou na morte de nove pessoas no último domingo, poderá acontecer bem próximo ao local do acidente se não forem tomadas medidas urgentes. O casarão que até março do ano passado abrigava a Escola Estadual de 1º Grau Izidro Monteiro está com toda a sua estrutura, severamente comprometida e poderá despencar em cima de pelo menos duas casas vizinhas onde moram cerca de 13 pessoas. O que mais surpreende e revolta os moradores da Ladeira do Boqueirão e Santo Antônio — onde está localizada a escola — é que enquanto o governo gasta cerca de US\$ 10 milhões com as obras de reconstrução de uma parte do Centro Histórico, um imóvel tombado que está sob responsabilidade do próprio estado desde 1983 ameaça desabar por ter sido abandonado.

“É um paradoxo. O governo investe milhões de dólares para reformar o Centro Histórico de um lado, e do outro contribui para a depredação de prédios que têm o mesmo valor histórico e estão igualmente tombados”, protesta um dos vizinhos da escola interditada que preferiu não se identificar. A revolta do morador tem fundamento porque quando o governo do estado alugou o casarão

em 83, o imóvel não apresentava nenhum dos problemas que ameaçam a segurança da população. “Era tudo pintado, bem conservadinho”, atesta outra vizinha, Vandete Pessoa da Silva, a principal vítima do atual estado da escola pois sua casa é colada ao paredão da escola que apresenta maior risco de desabar.

Em 87, depois que ladrões levaram 28 metros da bica de cobre que escoava a água das chuvas, as infiltrações começaram a aparecer e, apesar dos inúmeros ofícios enviados pela diretora da escola, Maria Edmilda Rodrigues, à Secretaria Estadual de Educação, nenhum técnico apareceu para fazer os reparos. Durante todo o ano de 88 e 89 a diretora continuou solicitando consertos na escola, argumentando que as infiltrações estavam causando danos na estrutura do prédio que punham em perigo a integridade física de alunos e professores. Na mesma época, Edmilda Rodrigues sugeriu a compra do imóvel pelo estado e apresentou uma espécie de vantagens que essa ação traria, mas nada foi feito.

Finalmente, em março de 91, a escola foi interditada por fiscais da Conesc e, desde então, apesar do contrato de aluguel continuar vigente, a Secretaria de Educação não to-

mou mais conhecimento e o casarão foi invadido por marginais que levaram até os vasos sanitários, além de carteiras escolares e telhas. Há cerca de um ano o telhado do segundo andar não resistiu às infiltrações e desabou. De lá para cá somente gatos e viciados em drogas injetáveis têm coragem de entrar no casarão. As rachaduras estão por toda a parte e o andar superior corre risco de cair sobre a casa da aposentada Vandete Silva.

No último domingo, os moradores acionaram a Codesal temendo que o prosseguimento das chuvas resultasse em novo desabamento, mas os fiscais do órgão afirmaram que não podiam fazer a inspeção porque o proprietário do imóvel não estava presente, mesmo estando as portas e janelas arrombadas. “Eles só podem estar esperando a casa cair para tomar uma providência”, revolta-se a vizinha. O proprietário do casarão, José Augusto Lourenço Carvalho, informou, através de seu procurador que o Estado é o responsável pelos reparos necessários e pela segurança dos vizinhos porque existe uma cláusula no contrato de aluguel que determina que o imóvel deverá ser devolvido nas mesmas condições em que foi encontrado.



O prédio ameaçado abrigava a Escola Izidro Monteiro

Jouison Melo